

E
Ano Letivo 2016/2017

Escola Superior de Gestão de Tomar

TeSP - Gestão Administrativa de Recursos Humanos

Técnico Superior Profissional

Plano: Ata CTC ESGT 64/2015

Ficha da Unidade Curricular: Introdução à Contabilidade e Fiscalidade

ECTS: 5; Horas - Totais: 135.0, Contacto e Tipologia, T:30.0; TP:30.0;

Ano | Semestre: 2|S1; Ramo: Tronco comum;

Tipo: Obrigatória; Intereração: ; Código: 601610

Área de educação e formação: Gestão e administração

Docente Responsável

José Manuel Lopes Farinha

Professor Adjunto

Docente e horas de contacto

Arlindo José Bernardo Dinis

Equiparado Assistente 1º Triénio, T: 30; TP: 30;

Objetivos de Aprendizagem

Visa formar adultos em que prevalece a componente técnica nas áreas da Contabilidade e Fiscalidade. O técnico superior especialista em Contabilidade e Fiscalidade é um profissional que, de uma forma autónoma, é capaz de efetuar trabalhos técnicos inerentes a estas duas áreas. Este profissional possui competências no âmbito da contabilidade e do sistema fiscal em conformidade com o normativo legal aplicável. Este diplomado em Contabilidade e Fiscalidade está vocacionado para ocupar postos de trabalho onde poderá desempenhar as funções de âmbito contabilístico, financeiro e fiscal, tais como: organizar e preparar informações de natureza contabilística e fiscal; efetuar a prestação de contas; apoiar as organizações na gestão financeira e fiscal.

Conteúdos Programáticos

1. Introdução à Contabilidade
2. CIVA
3. CIRC
4. CIRS

Conteúdos Programáticos (detalhado)

- Apreender a importância da contabilidade no âmbito dos sistemas de informação de gestão como elemento que proporciona informação útil para a tomada de decisões;
- Conhecer a estrutura conceptual do SNC e critérios de valorimetria do SNC;
- Conhecer e aplicar o SNC;

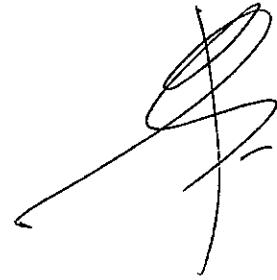
1. Fiscalidade / Introdução

- A atividade financeira do Estado;
- Noção de imposto;
- Características do imposto;
- Figuras afins do imposto;
- Fases do imposto;
- Tipologia dos impostos;
- Estrutura fiscal portuguesa;
- Fontes de direito fiscal – A Lei Constitucional

- Conceito fiscal de rendimento
- 2. Imposto sobre o Valor Acrescentado
 - Características
 - Incidência
 - Incidência pessoal
 - Incidência pessoal
 - Regras de territorialidade
 - Factor gerador e exigibilidade do imposto
 - Isenções
 - Isenções nas operações internas
 - Isenções nas importações
 - Isenções nas exportações, operações assimiladas a exportações e transportes internacionais
 - Outras isenções
 - Valor tributável
 - Valor tributável nas transacções internas
 - Valor tributável na importação de bens
 - Taxas
 - Apuramento do imposto
 - Direito à dedução
 - Natureza e requisitos do direito à dedução
 - Momento e forma de exercer o direito à dedução
 - Exclusão do direito à dedução
 - Obrigações dos sujeitos passivos de IVA
 - Obrigação de pagamento
 - Obrigações declarativas
 - Obrigações de facturação
 - Obrigações de contabilização
 - Obrigações de conservação dos documentos
 - Resolução de casos práticos

Imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas

- Incidência
 - Incidência Pessoal
 - Incidência Real – Base do imposto
- Regime de Transparência Fiscal
- Período de tributação
- Isenções/benefícios fiscais
 - Isenção Fiscal – Isenções Reais e Isenções Pessoais
- Matéria colectável
 - Métodos de determinação da matéria colectável
 - Base do imposto
 - Princípio da especialização do exercício
 - Proveitos e custos de exercício anteriores
 - Obras de carácter plurianual
- Apuramento do lucro tributável
 - Variações patrimoniais
 - Amortizações e reintegrações



- Provisões
- Prémios de seguros e contribuições
- Realizações de utilidade social
- Mecenato
- Custos não aceites fiscalmente
- Aluguer sem condutor de viaturas ligeiras de passageiros ou mistas
- Mais-valias e Menos-valias fiscais realizadas
- Reinvestimento
- Dupla tributação económica
- o Regime de tributação das SGPS
 - Preços de Transferência
 - Planeamento Fiscal
 - Taxas
 - Tributação autónoma
 - Reporte de prejuízos
 - Liquidação
- o Colecta
- o Deduções à colecta
- o Derrama
- o Retenção na fonte
 - Pagamento
- o Pagamentos por conta
 - o Pagamento especial por conta
 - Obrigações acessórias

Resolução de casos práticos

Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares

- Incidência pessoal;
- Incidência real;
- Delimitação negativa de incidência;
- Composição do agregado familiar
- A estrutura de tributação em sede de IRS
- Tributação separada vs tributação conjunta
- Taxas
- Colecta
- Deduções à colecta
- Tributação dos não residentes
- Exercícios práticos

Metodologias de avaliação

4 (quatro) avaliações intercalares.

Exame, exame de recurso.

Software utilizado em aula

Estágio

A definir.

Bibliografia recomendada

- Joaquim Marcelino, M., Devesa, J., 2007, *IRS.IRC.EBF*, 10^a ed., Almedina;
- Devesa, J., 2007, *IVA*, 6^a ed., Almedina;
- *Guia dos Impostos em Portugal 2007*, Quid Júris;
- *Guia do Fisco 2007*, Inforfi;
- Freitas Pereira, M., 2005, *Fiscalidade*, Almedina;
- Faustino, M., 2003, *O dever de retenção na fonte*, Áreas Editora;
- Silva Fernandes, 2005, *Manual do IVA*, Publisher Team;
- Lemos Pereira, J., Cardoso Mota, A., 2000, *Teoria e Técnica dos Impostos*, 23^a ed., Editora Reis dos Livros.
- Pinheiro Pinho, P., 2003, *Fiscalidade*, 2^a ed., Areal Editores.
- Legislação fiscal complementar

Coerência dos conteúdos programáticos com os objetivos

Abordados os temas previstos o aluno ficará capacitado para atingir os objetivos propostos.

Metodologias de ensino

As aulas decorrem tendo por base o método expositivo e demonstrativo baseado em casos práticos simulados.

Coerência das metodologias de ensino com os objetivos

Dada a temática de cariz contabilístico sectorial a metodologia seguida mostra-se coerente e suficiente.

Língua de ensino

Português

Pré requisitos

Não aplicável.

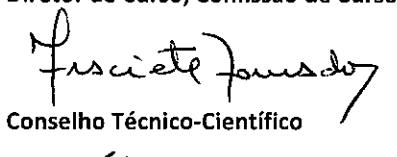
Programas Opcionais recomendados

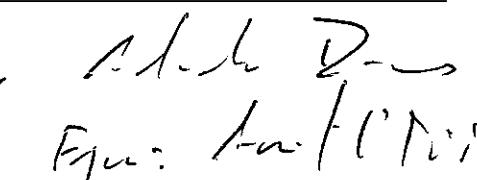
Não aplicável.

Observações

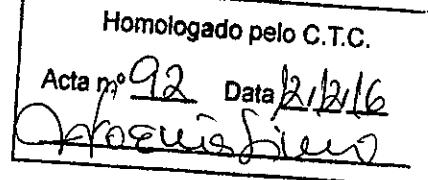
Docente Responsável


Diretor de Curso, Comissão de Curso


Conselho Técnico-Científico


Homologado pelo C.T.C.

Acta n.º 92 Data 21/12/16


Afonso Sá